

Processos de comunicação e avaliação de projetos de extensão: Diálogos entre a universidade e a sociedade

Communication and evaluation processes for extension projects: Dialogues between the university and society

Procesos de comunicación y evaluación de la extensión: Diálogos entre la universidad y la sociedad

Recebido: 18/03/2026 | Revisado: 25/03/2026 | Aceitado: 26/03/2026 | Publicado: 27/03/2026

Lucas Meira dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9574-2485>

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

E-mail: lmeira780@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa os processos de comunicação e avaliação da extensão em determinada universidade federal brasileira, com foco na interação entre o ambiente acadêmico e a sociedade. Seu objetivo foi discutir como a divulgação dos resultados extensionistas e os mecanismos de avaliação influenciam a percepção social do impacto universitário na sociedade. A metodologia adotada possui natureza qualitativa e exploratória, utilizando análise documental de marcos normativos e entrevistas semiestruturadas com gestores e coordenadores de extensão de diversas áreas do conhecimento. Os resultados indicam que, embora existam canais formais de comunicação (sites e redes sociais), há falhas significativas na atualização de dados e na eficácia do alcance junto ao público externo, que muitas vezes não acessa meios digitais institucionais. Identificou-se uma predominância da métrica de pesquisa em detrimento da extensão, o que desestimula a sistematização de resultados. Conclui-se que a comunicação da extensão deve ser pautada pela interatividade dialógica, indo além da mera transferência de informações. Propõe-se a adoção de plataformas de dados abertos e a inclusão de atores externos no processo avaliativo, garantindo que a extensão cumpra seu papel de via de mão dupla e promova a transparência e o fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade.

Palavras-chave: Gestão Pública; Ensino; Extensão Universitária; Comunicação Social; Participação Social.

Abstract

This article analyzes the communication and evaluation processes of university extension at the Federal University, focusing on the interaction between the academic environment and society. The objective is to discuss how the dissemination of extension results and evaluation mechanisms influence the social perception of university impact. The methodology adopted is qualitative and exploratory, utilizing documentary analysis of regulatory frameworks and semi-structured interviews with extension managers and coordinators from various fields of knowledge. The results indicate that, although formal communication channels exist (websites and social media), there are significant flaws in data updating and the effectiveness of outreach to the external public, who often do not access institutional digital media. A predominance of research metrics over extension was identified, which discourages the systematization of results. It is concluded that extension communication must be guided by dialogical interactivity, going beyond the mere transfer of information. The study proposes the adoption of open data platforms and the inclusion of external actors in the evaluation process, ensuring that extension fulfills its role as a two-way street and promotes transparency and the strengthening of the bond between the university and the community.

Keywords: Public Management; Teaching; University Extension; Social Communication; Social Participation.

Resumen

Este artículo analiza los procesos de comunicación y evaluación de la extensión en una Universidad Federal determinada, centrándose en la interacción entre el entorno académico y la sociedad. El objetivo es discutir cómo la divulgación de los resultados extensionistas y los mecanismos de evaluación influyen en la percepción social del impacto universitario. La metodología adoptada es de naturaleza cualitativa y exploratoria, utilizando el análisis documental de marcos normativos y entrevistas semiestructuradas con gestores y coordinadores de extensión de diversas áreas del conocimiento. Los resultados indican que, aunque existen canales formales de comunicación (sitios web y redes sociales), hay fallas significativas en la actualización de datos y en la eficacia del alcance hacia el público externo, que a menudo no accede a los medios digitales institucionales. Se identificó una predominancia de la métrica de investigación en detrimento de la extensión, lo que desincentiva la sistematización de resultados. Se concluye que la comunicación de la extensión debe basarse en la interactividad dialógica, yendo más allá de la mera transferencia de información. Se propone la adopción de plataformas de datos abiertos y la inclusión de actores externos en el proceso

evaluativo, garantizando que la extensión cumpla su papel de vía de doble sentido y promueva la transparencia y el fortalecimiento del vínculo entre la universidad y la comunidad.

Palabras clave: Gestión Pública; Enseñanza; Extensión Universitaria; Comunicación Social; Participación Social.

1. Introdução

A configuração das universidades públicas brasileiras assenta-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelecido pelo artigo 207 da Constituição Federal de 1988. No entanto, o desenvolvimento histórico dessas dimensões revela uma assimetria: enquanto o ensino e a pesquisa consolidaram métricas de avaliação e financiamento bem definidas, a extensão universitária frequentemente ocupou um lugar menos privilegiado nas agendas de gestão. Este cenário tem sofrido mudanças significativas com a implementação da Política Nacional de Extensão Universitária, que define a extensão como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

O problema central que motiva este estudo é a persistente dificuldade de sistematização e comunicação dos resultados dessas atividades, pois, embora a extensão seja a principal interface de diálogo com a sociedade, os mecanismos de avaliação institucionais muitas vezes falham em capturar o seu impacto social e em comunicar esses benefícios de forma transparente e acessível. A ausência de processos comunicativos eficazes contribui para uma certa "invisibilidade" da produção extensionista, limitando o potencial de *accountability* e o reconhecimento do valor público da universidade. Questiona-se, portanto: de que forma os processos de comunicação e os modelos de avaliação vigentes numa instituição de ensino superior federal têm contribuído para a efetiva interação dialógica com a comunidade externa?

Diante deste contexto, este artigo tem como objetivo discutir como a divulgação dos resultados extensionistas e os mecanismos de avaliação influenciam a percepção social do impacto universitário na sociedade. Pretendeu-se investigar como a divulgação dessas ações é percebida pelos gestores e coordenadores e de que maneira a inclusão da sociedade civil nesses processos pode fortalecer a transparência e o impacto social da instituição. A relevância deste trabalho justifica-se pela necessidade de alinhar a gestão da extensão às demandas contemporâneas por transparência ativa e participação social, assegurando que o conhecimento produzido ultrapasse os muros acadêmicos e cumpra a sua função social.

2. Metodologia

A pesquisa possui natureza qualitativa e caráter exploratório, fruto de um trabalho científico aplicado na dissertação de mestrado que originou este recorte e aprofundamento do tema. Consiste, assim, em um estudo misto envolvendo, em parte, uma pesquisa social (com entrevista de 16 participantes), num estudo de abordagem não quantitativa, (Risemberg et al., 2026) e, também envolvendo a técnica de estudo de caso (Yin, 2015), com apoio de estudo documental (Pereira et al., 2018) e, com análise do conteúdo dos enunciados ou respostas dos participantes (Bardin).

Para o suporte metodológico e análise dos dados, consequentemente, utilizou-se das seguintes estratégias combinadas: i) análise documental: exame de marcos normativos nacionais, como as diretrizes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), e documentos internos da instituição estudada; ii) entrevistas semiestruturadas: realizadas com gestores da pró-reitoria de extensão e coordenadores de projetos de diversas áreas do conhecimento (saúde, humanas, exatas e artes). No total, foram 16 especialistas no tema entrevistados; iii) técnica de análise: os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), permitindo a categorização dos discursos e a identificação de gargalos nos processos de gestão e comunicação.

3. Referencial Teórico

Para se falar sobre extensão universitária, faz-se necessário entender como, onde surgiu e em quais contextos históricos e políticos se desenvolveu dentro do âmbito acadêmico, tal como entender a partir de quando começou-se a pensar sobre a necessidade de sua avaliação e sua concepção enquanto mecanismo de comunicação.

Assim, conforme levantamento bibliográfico realizado, o seu nascimento remete à segunda metade do século XIX na Europa e EUA. Conforme Paula (2013), ela surge de demandas de grupos marginalizados em meio às contradições do capitalismo industrial. Enquanto na Inglaterra o foco eram os trabalhadores analfabetos (Carneiro, 1985), nos EUA, a Universidade de Chicago focou na capacitação agrícola e inserção tecnológica rural (Gurgel, 1986). Na América Latina, o seu marco ocorreu com o Movimento de Córdoba em 1918, que exigiu uma gestão democrática e a aproximação da universidade com a sociedade, influenciado pelas revoluções mexicana e cubana (Paula, 2013).

No Brasil, a trajetória iniciou-se em 1914 com a Universidade Livre de São Paulo e consolidou-se em 1931 com o Estatuto das Universidades Brasileiras (Brasil, 1931). Durante a ditadura militar, a extensão ganhou visibilidade política, mas sob uma lógica de segurança nacional e proibição de manifestações ideológicas (Gonçalves, 2015; Gurgel, 2015), exemplificada pelo Projeto Rondon que, para Cunha (2007), aproximava estudantes de um modelo tecnicista. Entretanto, o movimento de redemocratização no país proporcionou a criação de um Fórum Nacional de Pró-Reitores em Extensão, o FORPROEX (1987), que redefiniu a extensão como um processo indissociável ao ensino e pesquisa e uma "via de mão-dupla" com a sociedade.

Assim, a necessidade de avaliação de programas de extensão no contexto atual é impulsionada pela democratização do acesso à informação e pela possibilidade de participação social na gestão pública. Para tanto, instrumentos de avaliação são fundamentais para a consolidação da democracia e o controle social (Castanhar, 2003; Serapione, 2016).

Para Ala-Harja (2000), avaliar é uma análise sistêmica para fornecer resultados confiáveis à tomada de decisão, enquanto Ramos (2012) a define como um julgamento de valor sistemático e objetivo. Worthen (2004) complementa que a avaliação identifica parâmetros para mensurar o mérito e a utilidade de uma ação, visando sua otimização. Nesse sentido, no plano operacional, a avaliação desempenha papéis formativos e somativos.

A avaliação processual da extensão permite verificar falhas de planejamento em tempo real, enquanto a de resultados mede o alcance dos objetivos junto ao público-alvo através de indicadores (Castanhar, 2003). Santos, Meireles e Serrano (2013) alertam que não avaliar significa "voar às cegas", subordinando-se a políticas sem contestá-las. A transição do campo puramente operacional para o político exige critérios precisos que valorizem a extensão como eixo indispensável da construção universitária (Britto, 2017).

Apesar da sua relevância, a avaliação da extensão enfrenta entraves como a precariedade de registros e a falta de capacitação técnica (Santos, Meireles & Serrano, 2013). Pesquisas de Fraga (2017) e Kienetz (2018) apontam falhas como burocracia, planejamento orçamentário precário e ausência de sistemas de registro adequados. Para superar esses obstáculos, é necessário criar instrumentos autônomos que contemplem os impactos acadêmicos e sociais sob uma perspectiva qualitativa, respeitando as peculiaridades e a realidade local de cada instituição (Santos, Meireles & Serrano, 2013; Santos, Viella & Spessatto, 2020).

A construção de indicadores sociais é vista como um processo político e teórico para subsidiar o planejamento público (Jannuzzi, 2005; 2016). O trabalho do FORPROEX (2017), através do IBEU, estabeleceu 52 indicadores nacionais baseados em dimensões estratégicas. Esse modelo utiliza a teoria da cadeia de valor (Porter, 1986) e o *Balanced Scorecard* (Kaplan & Norton, 1996) adaptado ao setor público. Essa estrutura permite gerir o desempenho da extensão sob quatro perspectivas: sociedade/financiadores, processos internos, aprendizagem institucional e recursos financeiros/infraestrutura.

Assim, a necessidade de avaliar programas de extensão fundamenta-se no dever de transparência da administração pública, impulsionado por marcos legais como a Lei de Acesso à Informação (LAI). Diante de um cenário onde a publicidade é

a regra, a avaliação deixa de ser apenas um exercício acadêmico para se tornar um instrumento de consolidação da democracia. Ela permite o controle social sobre o investimento público e orienta gestores na correção, continuidade ou suspensão de políticas, garantindo que a universidade preste contas de seus resultados à sociedade, facilitando, assim, os processos de comunicação entre universidade e sociedade.

Nesse contexto, a comunicação na extensão universitária transcende a mera difusão de informações técnicas, configurando-se como um processo social e dialógico fundamental para a participação cidadã. Paulo Freire (1977), em sua obra seminal, questiona a própria semântica do termo "extensão" quando este se reduz à "invasão cultural" ou à transmissão vertical de conteúdos, defendendo que a verdadeira prática educativa deve ser, essencialmente, comunicação, um encontro entre sujeitos que buscam a significação do mundo.

Sob a ótica de Jürgen Habermas (2012), essa relação (extensão e comunicação) insere-se na teoria do agir comunicativo, na qual universidade e sociedade buscam entendimento mútuo no espaço público, legitimando a transparência e a integridade institucional por meio do discurso e da escuta.

4. Resultados e Discussão

Os resultados desta investigação, analisados sob a ótica da análise de conteúdo, revelam as tensões existentes entre a teoria da extensão universitária e a prática da gestão institucional da universidade estudada. Deste modo, após análise, foram levantadas as seguintes categorias de achados: i) canais de comunicação: da transparência passiva à necessidade de dados abertos; ii) hegemonia da pesquisa e o desafio da curricularização; iii) interação dialógica e a escuta da sociedade e iv) *benchmarking* e propostas de melhoria.

4.1 Canais de comunicação: da transparência passiva à necessidade de dados abertos

Os dados indicam que a comunicação da extensão é realizada predominantemente por canais digitais próprios. No entanto, observou-se um "gargalo de atualização", onde informações sobre projetos em execução não refletem a realidade dinâmica das atividades, nem potencializam a difusão de seus resultados. Este fenômeno caracteriza o que a legislação denomina de "transparência passiva", onde o dado existe, mas não é acessível de prontidão para o cidadão comum. A comunicação pública nas universidades devem e tendem a transitar para modelos de transparência ativa, utilizando plataformas de dados abertos que permitam o controle e a participação social.

4.2 Hegemonia da pesquisa e o desafio da curricularização

Um resultado crítico refere-se à percepção de subvalorização da extensão no ecossistema acadêmico. Os entrevistados ressaltaram que o "produtivismo acadêmico", focado em publicações de alto impacto, desestimula o registro e a divulgação dos resultados extensionistas.

Nesse contexto, o Entrevistado 08 também declarou que a maior parte de seus colegas professores pesquisadores não oferece tantas chances para a vivência extensionista, embora ela seja igualmente relevante à pesquisa e ao ensino:

Muitos dos meus colegas apesar de saberem que a universidade é composta pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão, encaram a construção destes eixos de forma separada, devido a falta de tempo para se dedicarem em ações extensionistas bem como uma certa cultura por parte dos professores pesquisadores de se dedicarem exclusivamente à pesquisa, já que ela atualmente proporciona maior status pra universidade (informação verbal).

Deste modo, integração da extensão aos currículos de graduação exige novos mecanismos de avaliação que superem a simples contagem de horas. Os dados deste estudo mostram que, sem métricas que valorizem a "produção de materiais de instrumentalização" (como cartilhas e tecnologias sociais), o docente tende a priorizar a pesquisa tradicional. A discussão aponta que a universidade avaliada ainda não logrou êxito em equilibrar essas dimensões. Entretanto, este cenário começa a ganhar novos contornos com a obrigatoriedade da curricularização da extensão, assim como as iniciativas recentes da CAPES em incluir na pós-graduação nacional ações de extensão, com o intuito de subsidiar gestores na elaboração de políticas públicas, com foco em práticas interdisciplinares que possibilitem a participação social.

4.3 A Interação dialógica e a escuta da sociedade

A análise do diálogo com a comunidade externa revelou que a avaliação da extensão na instituição é, em grande medida, autorreferenciada. Os relatórios de sucesso são preenchidos pelos próprios coordenadores, sem a inclusão sistemática da percepção do público beneficiário.

No que diz respeito à participação de profissionais externos e da comunidade nas ações de extensão promovidas pela universidade, os entrevistados 03, 04, 05, 06, 07 e 08 afirmam observar uma presença efetiva desses atores nas atividades em que se envolveram. No entanto, o entrevistado 03 aponta que nem todas as ações de extensão contam com essa participação externa efetiva.

Porém isso não ocorre com todos, vai depender da maneira como as pessoas estão fazendo extensão, por exemplo tem um tipo de atividade de extensão que é mera transferência tecnológica, então as vezes você pode fazer transferência tecnológica, a partir da ideia de que o sujeito que recebe, é um sujeito passivo, está lá só pra receber. Isso é uma concepção que criticamos, porém ela é real, existe. Tem gente que trabalha assim. Então depende do tipo de extensão que é feita. Há diferentes tipos de modelos de extensão, inclusive aqueles que dizem que pessoas participam, mas na prática não estão participando. Desde aqueles que colocam a participação como questão de princípio e aqueles que não (Informação verbal).

A interação dialógica pressupõe que a sociedade civil atue como co-avaliadora dos resultados, logo, a ausência de canais de *feedback* (canais de escuta específicos ou fóruns locais) indica que a comunicação é unidirecional. Desta maneira, a legitimidade da universidade pública depende da sua capacidade de demonstrar valor público através de uma *accountability* social efetiva, que vá além dos muros acadêmicos e utilize uma linguagem acessível e dialógica.

4.4 Benchmarking e propostas de melhoria

A partir do levantamento em universidades de excelência, bem como indicado pelos entrevistados, verificou-se que as instituições que melhor comunicam sua extensão são aquelas que adotam ecossistemas digitais integrados. A proposta emergente dos dados é a criação de um portal de transparência que vincule a produção acadêmica aos impactos sociais territoriais.

Conforme o Entrevistado 03, é essencial, em primeiro lugar, que os agentes extensionistas participem de um ambiente coletivo de discussão, onde possam deliberar e encaminhar suas sugestões com base em suas vivências na prática extensionista. Em seguida, o entrevistado enfatiza a importância de elaborar um levantamento/inventário dos diferentes tipos de extensão realizados na universidade; nesse contexto, destaca a relevância de compreender os variados processos gerados pela prática extensionista.

Eu acho necessário conhecer mais o que aqueles que realizam a extensão fazem. Fazer uma espécie de inventário. Trazer pra uma discussão qual extensão é feita na UFBA, ou quais extensões são feitas. Conhecer um pouco mais essas

práticas extensionistas. Porque você tem diferenças tanto 95 na maneira de fazer a extensão, quanto em relação às áreas que estas extensões se aplicam (Informação verbal).

A discussão conclui que a comunicação não deve ser apenas a "etapa final" de divulgação, mas uma ferramenta estratégica de gestão. Ao integrar os dados de extensão a indicadores de satisfação da comunidade, a universidade federal em questão poderá transitar de uma extensão assistencialista para uma extensão transformadora, alinhada às demandas contemporâneas por transparência e participação social.

5. Considerações Finais

Este estudo analisou os processos de comunicação e avaliação da extensão universitária em uma universidade federal brasileira, revelando desafios estruturais que comprometem sua consolidação como via dialógica entre academia e sociedade. Embora canais digitais existam, a transparência passiva, a subvalorização frente à pesquisa e a avaliação autorreferenciada perpetuam a "invisibilidade" dos impactos extensionistas, limitando a *accountability* social.

A comunicação emerge como eixo de grande relevância para superar essas barreiras, pois, alinhada à visão de Freire (1977), deve transcender a transferência unidirecional de informações, configurando-se como processo comunicativo genuíno, ou seja, um encontro de sujeitos em busca de significação mútua. Complementarmente, Habermas (2012) reforça que o agir comunicativo no espaço público legitima a universidade por meio de escuta ativa e entendimento recíproco, transformando a extensão em instrumento de transparência e participação cidadã.

Diante disso, recomenda-se: (i) implementar plataformas de dados abertos com *feedback* comunitário em tempo real; (ii) integrar métricas extensionistas aos currículos e avaliações docentes, valorizando produtos sociais como tecnologias apropriadas; e (iii) criar fóruns dialógicos com atores externos para coavaliação, promovendo uma comunicação interativa que mensure não só outputs, mas impactos transformadores.

Essas ações fortalecerão o vínculo universidade-sociedade, alinhando a extensão ao tripé constitucional e às demandas por governança participativa. Pesquisas futuras poderiam testar essas propostas em múltiplas instituições, quantificando ganhos em percepção social e engajamento comunitário.

Referências

- Castro, L. M. C. de. (2004). *A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores* [Apresentação no GT Políticas de Educação Superior, XXVII Reunião da Anped].
- Costa, F. L., & Castanhar, J. C. (2003). Avaliação de programas públicos: Desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, 37(5), 969-992.
- Cunha, L. A. (2007). *A universidade temporã: O ensino superior, da Colônia à era Vargas* (3ª ed.). UNESP.
- Cunha, E. da P., & Guimarães, M. B. (2013). Sistema de monitoramento e avaliação. In M. das D. P. Nogueira (Org.), *Avaliação da extensão universitária: Práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão* (pp. XX-XX). Edufmg.
- Forproex. (1987). *I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Conceito de extensão, institucionalização e financiamento*. UnB.
- Forproex. (2001). *Avaliação da extensão universitária* (Coleção Extensão Universitária, v. 3). MEC/SESu; UFPR; UESC.
- Forproex. (2007). *Extensão universitária: Organização e sistematização* (Coleção Extensão Universitária, v. 6). COOPMED.
- Forproex. (2012). *Política nacional de extensão universitária* (Coleção Extensão Universitária, v. 7). Gráfica da UFRGS.
- Forproex. (2017). *Indicadores brasileiros de extensão universitária*. EDUFMG.
- Fraga, B. S. (2017). *Grau de efetividade na gestão de projetos em extensão universitária e as estratégias para o seu alcance* [Dissertação de mestrado, Universidade Salvador - UNIFACS]. <https://estaticos.animaeducacao.com.br/medias/20250728175753/unifacs-ppga-catalogo-de-dissertacoes-e-teses.pdf>

- Freire, P. (1977). *Extensão ou comunicação?* (R. D. de Oliveira, Trad.; 10ª ed.). Paz e Terra.
- Gonçalves, N. G., & Vieira, C. S. (2015). Extensão universitária no período da ditadura: Concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. *Antíteses*, 8 (15), 269-291.
- Gurgel, R. M. (1986). *Extensão universitária: Comunicação ou domesticação*. Cortez; Autores Associados; Universidade Federal do Ceará.
- Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo*. Martins Fontes.
- Incrocci, L. M. de M. C., & Andrade, T. H. N. de. (2018). Fortalecimento da extensão no campo científico: Uma análise dos editais ProExt/MEC. *Revista Sociedade e Estado*, 33(1), 189-214.
- Jannuzzi, P. M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 56(2), 137-160.
- Jannuzzi, P. M. (2016). Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: O caso Pronatec. *Estudos em Avaliação Educacional*, 27(66), 624-661. Fundação Carlos Chagas. <https://doi.org/XXXX> (insira DOI se disponível)
- Kaplan, R., & Norton, D. (1996). *The balanced scorecard: Translating strategy into action*. Harvard Business School Press.
- Kienetz, T. B. (2018). *Avaliação da extensão universitária: Uma proposta para as ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria].
- Paula, J. A. de. (2013). A extensão universitária: História, conceito e propostas. *Interfaces – Revista de Extensão*, 1(1), 5-23.
- Porter, M. E. (1986). *Estratégia competitiva* (7ª ed.). Campus.
- Ramos, M. P., & Schabbach, L. M. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: Conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 46(5), 1271-1294.
- Risemberg, R. I. C. et al. (2026). A importância da metodologia científica no desenvolvimento de artigos científicos. *E-Acadêmica*, 7(1), e0171675. <https://eacademica.org/eacademica/article/view/675>.
- Santos, B. de S. (2004). *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120)
- Santos, S., Meireles, F., & Serrano, R. (2013). Avaliação da extensão: Dos conceitos fundamentais a reflexões sobre a prática. In *Avaliação da extensão universitária*. FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG.
- Stake, R. E. (2005). Qualitative case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research* (pp. 443-466). Sage Publications.
- Thiollent, M. (2011). Proposta para melhorar as publicações de extensão universitária. *Revista de Extensão*, 2(1).
- UFMG. (s.d.). *Avaliação Proext*. Recuperado em 5 de junho de 2019, de <http://www2.ufmg.br/proex/Avaliacao>
- Vergara, S. C. (2009). *Métodos de coleta de dados no campo*. Atlas.
- Vieira, M. dos S. L., Spessatto, M. B., & Santos, F. B. (2020). Avaliação de políticas públicas: Percursos e reflexões nas publicações brasileiras. *Brazilian Journal of Development*, 6(3), 13455-13467.
- Vieira, S. C., et al. (2015). A relevância da comunicação rural na difusão de informações para a agricultura familiar: Um estudo de caso do "codaf". *Fórum Ambiental da Alta Paulista*, 11(2), 168-183.
- Worthen, R. B., Sanders, J. R., & Fitzpatrick, J. L. (2004). *Avaliação de programas: Concepções e práticas*. Gente. (Original do inglês, trad. D. de A. Azevedo)
- Yin, R. K. (2015). *O estudo de caso*. Editora Bokman.
- Zappellini, M. B., & Feuerschütte, S. G. (2015). O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(2), 241-273.